

Ao abordar metodologia, estamos tratando da trajetória de interpretação de dados que são mediadores de objetivos traçados e que se pretende alcançar. Buscar uma alternativa dessa trajetória exige conhecimento/reconhecimento da forma como trabalhamos até agora, investigação para encontrar/aceitar uma nova maneira de atuar. Não pode haver alternativa em relação à vigente sem que se conheça suficientemente o que é o curso noturno e o que poderia ser.

Qual a história da produção do período noturno, quem são esses alunos que trabalham e querem conciliar o cotidiano de trabalhador com o de estudante, qual o conhecimento gerado pelo trabalho e sua relação com a Escola, quais as suas expectativas com relação ao estudo - estas são indagações que exigem resposta e que poderão fundamentar a trajetória metodológica da ação educacional no período noturno.

Iniciamos, portanto, o texto contextualizando o período noturno na história da Escola e dos movimentos populares. Em seguida, caracterizamos o aluno que estuda à noite ou é candidato a esse período. Fazemos referência aos projetos, iniciados na década de 80, visando à melhoria do ensino noturno, insistindo na apropriação, pela Escola, do

'Professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto -FFCLRP/USP.

conhecimento produzido pelo fazer, tanto do aluno como do professor. Nesse contexto, tecemos considerações sobre as possíveis alternativas para o trabalho pedagógico no período.

O Ensino Noturno e a História da Escola

Quando se fala em ensino noturno, é comum tratá-lo como problema, fonte de insatisfação, necessitando de solução. Ou, então, como fato "natural" sem saída, já que ocorre com muita frequência para os que dispõem de menos recursos econômicos. Esquece-se que o período noturno faz parte da história da Escola, o que significa que foi construído não só a partir de disposições governamentais mas também de reivindicações populares. A Escola que temos hoje foi construída pelo Estado, é produto de ações governamentais - no contexto das políticas sociais - manifestadas em leis, decretos, pareceres, regulamentos, objeto de reformulações, propostas, determinações. Não obstante isso, a Escola foi e continua sendo construída por professores, funcionários, pais e alunos, aceitando-a como ela é, protegendo-a para que continue a existir, consentindo na sua existência ainda que ela não dê acesso a todas as crianças e adolescentes e expulse, a cada ano, um número grande de alunos, por evasão e repetência. Ela é construída, ainda, pelo povo, que reivindica e luta pela sua ampliação, mesmo que apenas em relação ao acesso. Está evidenciado que o ginásio se expandiu, na década de 50, em São Paulo, a partir das solicitações das Associações de Bairros aos vereadores e deputados, com o funcionamento do período noturno nos prédios dos grupos escolares (que só mantinham período diurno). Às lutas dos estudantes por vagas nas universidades públicas, no início dos anos 60, corresponde a abertura de faculdades no período noturno, mas quase todas sob a administração de particulares.

Nos anos 70, a falta de compromisso do Estado com a Educação estimula a abertura de escolas de 2º Grau particulares. Na década de 80, acontece a expansão dos cursos de 2º- Grau em escolas públicas, quase sempre no período noturno, também precedida por reivindicações, muitas vezes observadas nos vestibulinhos" e por movimentos organizados.

A literatura educacional produzida a partir dos anos 80, em grande parte sob a forma de dissertações e teses nos cursos de pós-graduação, e publicada em artigos e livros, registra e freqüentemente documenta a luta paciente e persistente de moradores de bairros da periferia de cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba, dentre outras, visando ao ingresso na Escola, instituição que, pela Constituição, é direito do povo e dever do Estado, mas cujo acesso quase sempre só é conseguido por meio de reivindicações populares. Esse aspecto de conquista", de vitória não é percebido imediatamente pela população - revestida que fica a instalação de escolas e seus períodos pelo caráter oficial de oferta, de favor do governo -, mas é elemento importante para a Educação do povo na construção da sua cidadania.

A luta pela expansão do acesso à Escola foi levada pelos movimentos sociais urbanos, na década de 50, na esteira do populismo (barganhando politicamente suas demandas

por Escola, transporte, assistência médica), mas também aparece na década de 70, quando os setores populares tiveram de lutar contra um Estado autoritário voltado para outros interesses que não os propriamente ligados à Educação do povo(2).

Por que o povo tem lutado para conseguir Escola? Como se tem organizado para que essas lutas aconteçam e avancem?

A história dessas lutas lentamente vai sendo contada nos cursos de licenciatura e de magistério, pela iniciativa de alguns professores, pela implantação de disciplinas no currículo (como Educação e Sociedade), superando o "atraso oficial" da Escola quanto à produção contemporânea. Já é possível conhecer parte do esforço na construção de um saber sobre a Escola; já há material, dados, ainda poucos mas produzidos.

É o caminho de superação da concepção "estatal", tão presente na história da Educação que os livros didáticos, os manuais em geral apresentam e que os cursos de formação de professores quase sempre reproduzem. Pouco se conhece ainda sobre as representações que o povo faz sobre a Escola; sua expectativa quanto ao que ela ensina, inclusive a ele, pela própria expansão do acesso; as relações entre o processo de escolarização e o de proletarização (pela presença ou pela ausência), que estão presentes na história da Educação vivida mas que não aparecem na história escrita, ensinada nas escolas. A mídia - TV, jornais diários, rádio -, com todo o seu poder educativo, não prioriza a Escola Pública, não a inclui como matéria.

A Escola que temos hoje é herdeira de muitas lutas, não suficientemente analisadas, assim como é herdeira de ações governamentais cristalizadas em instrumentos burocráticos que derivam da concepção de Estado vigente, da correlação dos interesses de classes e que determinam as condições de acesso e permanência escolar; os níveis de ensino - os objetivos de cada um e as relações entre eles; as formas de manutenção dos "sistemas" de ensino; a formação, seleção e remuneração do pessoal docente, administrativo e de serviços; os currículos mínimos de cada nível de ensino, a organização escolar.

O ensino no período noturno já existia no Brasil Império. As classes de alfabetização, destinadas a quem a idade e a necessidade de trabalhar não permitiam freqüentar cursos diurnos, funcionavam à noite, em locais improvisados, dirigidas por mestres que ganhavam pequena gratificação, e a freqüência dos alunos diminuía muito no decorrer do ano letivo. Registros da época dão conta de que os cursos não produziam os "resultados esperados", mas continuavam a ser criados, motivados pelas exigências políticas da época e provavelmente obrigados pela demanda.

A criação de cursos noturnos para atender à continuação de estudos é bem mais recente e obedece a uma conjuntura social muito diferente. Existem, no entanto, determinantes estruturais, como as relações sociais de produção no quadro mundial da

2De 1970 a 1976, a média de dispêndio em Educação e Cultura pela União, como porcentagem da Receita de Impostos, é de 6,4 %, enquanto de 1960 a 1969 ela é de 10,1 %. Ver detalhes em José Willington GERMANO, *Estado militare educação no Brasil-1964-1985*, São Paulo, Cortez, 1993, p. 197-198.

modernização neoliberal, competitiva e excludente, que justificam e alimentam a seletividade e a exclusão dos mais pobres do sistema escolar. A localização das crianças mais pobres nas escolas - período, bairro, Escola - mostra uma verdade impossível de ser ocultada.

O Trabalho de Crianças e Adolescentes

A análise da participação dos jovens no mercado de trabalho revela o nível de desenvolvimento do país. Nas economias mais desenvolvidas, a taxa de atividade das crianças e adolescentes é mínima. No Brasil, a inserção destes no mundo do trabalho tem-se dado precocemente, sendo mais tardia a entrada na Escola, fato que as estatísticas, tal como têm sido elaboradas, não revelam.

São poucos os dados estatísticos disponíveis e, apesar de coletados, não se encontram organizados para divulgação. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, de 1988, revelam que 65,7% dos brasileiros, na área urbana, começam a trabalhar antes dos quinze anos; 47,4% o fazem entre dez e catorze anos; e quase 20% antes dos dez anos de idade. É na agricultura que se encontra o maior número de crianças e adolescentes trabalhadores: 54,1% de jovens entre dez e catorze anos; 33,6% entre quinze e dezessete anos; um número ignorado, mas presente, de menores de dez anos; e um contingente, desconhecido, de menores que estão fora das estatísticas, ajudando adultos, realizando tarefas domésticas ou atuando no mercado informal.

Na faixa de dez a dezessete anos, apenas 25,6% têm carteira assinada. Quanto ao número de horas trabalhadas, no grupo etário de dez a catorze anos, 46,5% trabalham quarenta ou mais horas; e no de quinze a dezessete anos, 76,4% têm uma jornada de quarenta ou mais horas (dados da FIBGE/PNAD, 1989).

A taxa de escolarização está relacionada com o nível de rendimento familiar: em 1990 (FIBGE/PNAD), na faixa etária de sete a catorze anos, 97% das crianças que pertencem a famílias com mais de dois salários mínimos per capita freqüentam Escola, ao passo que apenas 74,5% das pertencentes a famílias com até 1/2 salário mínimo estão na mesma situação.

São esses alunos já precocemente penalizados que ganham a Escola noturna, onde o tempo de aula é menor, os professores cumprem segunda ou terceira jornada e há improvisação de programas, salas, objetivos.

No Estado de São Paulo, 35% dos matriculados no 1º Grau (5ª a 8ª. série) e 70% dos matriculados no 2º Grau freqüentam o noturno. Pode-se dizer, portanto, que se trata de um contingente expressivo, considerando-se que em algumas escolas públicas a taxa de escolarização à noite é ainda maior. Com a criação do Ciclo Básico e da Jornada única para as primeiras séries do 1º Grau, algumas escolas ficaram com o espaço reduzido e passaram as séries de 5ª. a 8ª. para a noite,

obrigando crianças a estudar nesse período e deixando-as "disponíveis" para o trabalho diurno, remunerado ou não. Quanto ao 2º- Grau, é prática usual a abertura desse nível apenas no período noturno, em prédios de escolas de 1º- Grau, evitando-se assim despesas na construção de edifícios e salas, fato que revela também o descuido do Estado para com a Educação.

Diante do exposto, fica delineada a situação trágica dos cursos noturnos de 1º e 2º Graus: recebem alunos que trabalham em serviços remunerados ou não, freqüentemente bem antes dos catorze anos estabelecidos pela legislação e muitas vezes por mais de quarenta horas semanais.

Os dados disponíveis, quase todos com referência ao Brasil ou a macrorregiões, não conseguem dar a dimensão exata da abrangência dos cursos noturnos regulares esses dados giram em falso e a qualidade que revelam é aparente. Não dá para saber, por meio deles, o grau da falta de compromisso da Escola em relação ao aluno que já tem um saber produzido pelas condições de trabalho e de vida. São cidadãos injustiçados e nossa indignação domesticada não percebe a tragédia, tratando-a como fato normal, como cotidiana.

O Ensino Noturno Como Problema

Um dos indicadores mais utilizados para caracterizar o período noturno como problemático é o índice de repetência e evasão. Conforme dados de 1990, relativos à avaliação final em São Paulo, no 1º- Grau houve evasão de 29,11% e retenção de 16,06%, totalizando 45,17% de perdas. Para o 2º Grau, a evasão foi de 24,89% e a retenção de 12,14%, somando 38,03% (Centro de Informações Educacionais CIE/SE). Uma comparação do período diurno com o noturno mostra pouca diferença entre eles no tocante à repetência - neste último a evasão é muito maior. Estabelecida como está no Brasil a "cultura da repetência", há uma necessidade de revertê-la, trabalhando com a Escola - em todos os seus períodos -, com objetivos, projetos e responsabilidades comuns a todos os seus integrantes.(3) Neste texto, no entanto, a ênfase é dada ao noturno porque aí se concentram os alunos trabalhadores, o que obriga a Escola a rever sua responsabilidade para com uma clientela que procura conciliar duas atividades - estudo e trabalho -que tradicionalmente têm sido separadas. É essa a questão fundamental: que relações entre Escola e trabalho realmente são percebidas na Escola hoje?

A Escola tem produzido, quanto à avaliação do aluno, um discurso "terminal", finalista, de insucesso. Se foi reprovado, se desistiu da matrícula, mesmo assim o aluno freqüentou a Escola e teve um aprendizado - não o esperado pela estrutura curricular oficial, mas o proporcionado pelo currículo oculto, pela própria organização da Escola,

3 Ver o protelo de Educação Continuada Construindo o Sucesso na Escola, financiado pela FDE e coordenado por Cecília Azevedo Lima COLLARES e Maria Aparecida Affonso MOYSÉS, em andamento em quatro Escolas-padrão de Campinas e 22 escolas de Santos.

pela diferenciação dos alunos, pelo conteúdo cristalizado das disciplinas. Enfim, houve um aprendizado - não investigado, não avaliado.

O aluno realiza um trabalho produtivo durante o dia e quer trabalhar de novo estudando - na realidade para ser um trabalhador melhor qualificado. Não terá certamente um "futuro melhor", mas com certeza o tempo passado na Escola - com "sucesso ou fracasso escolar" - tem repercussões na sua vida de trabalhador. Há uma falência do próprio sistema produtivo quando o empresário, o patrão, que não defende declaradamente a Escola Pública, exige e valoriza o diploma, muitas vezes conseguido na Escola particular, onde a frequência nem sempre é exigida.

O curso noturno tem sido um diurno piorado. O professor não se aprofunda nas diferenças entre o diurno e o noturno; não há relação entre o diurno, o noturno e a condição de trabalhador do aluno e do professor. Ambos produzem - quanto vale, quanto representa essa produção para o País? O aluno que insiste em estudar à noite, apesar das repetências múltiplas, é um cidadão que contribui com sua produção para o desenvolvimento da cidade, do País. Mas essa contribuição não é explicitada, discutida, menos ainda as relações com o trabalho que é o estudo. Estudar é também trabalhar - é o trabalho do professor. A maior fatia do mercado de trabalho do professor, tanto no 1º como, principalmente, no 2º - Grau, hoje, encontra-se no período noturno. Há um acordo velado que não é discutido. Quais as razões que levam o professor a prolongar ou duplicar sua jornada de trabalho?

Em 1985, em São Paulo, foi estabelecido o adicional noturno para os professores que lecionam nesse período. De gratificação, incentivo, reconhecimento, passou a objetivo. Leciona-se à noite, com muita frequência, não só para completar a jornada, mas porque o período tem o adicional. Até que ponto lecionar à noite significa o empenho em trabalhar para a construção da cidadania do aluno, para a explicitação da inter-relação entre o saber produzido na academia e o produzido na indústria, na oficina, na loja, na lavoura? É comum, no entanto, pela rotina já estabelecida nas salas de aula, que nem o realmente acadêmico chegue até a sala de aula - há o refúgio dos livros didáticos, onde a simplificação atropela a compreensão dos conceitos.

O Professor e Seus Alunos

Em geral, o professor do curso noturno leciona também durante o dia, onde igualmente se encontram alunos que trabalham - em serviços domésticos, pequenos bicos, na área informal -, mas cujo trabalho frequentemente nem é reconhecido ou apontado. Ignora-se quase sempre que o aluno do diurno também trabalhe, provavelmente porque não há interesse em investigar o saber produzido pela prática e relacioná-lo com a Escola. Esse desconhecimento está presente nas explicações de muitos professores relativas às dificuldades apresentadas nas aulas: o aluno chega à Escola com fome, cansaço, sono, tem "carência cultural", é mais velho que seus colegas do diurno, já tem compromissos com o trabalho (hora extra, mudança de emprego) e com a família (manutenção, sobrevivência).

O desempenho do aluno em seu cotidiano de trabalhador exige e determina responsabilidade pelo cumprimento de tarefas, uso do tempo para uma produção pontual, execução de ações concretas, prática social de convivência com o mundo de exploração e de exigência da produção. Além disso, cria e modela uma concepção e uma expectativa de vida. O fazer pedagógico no período noturno, ignorando esses valores, deixa de estabelecer "ponte" entre o conhecimento sistematizado da Escola e o conhecimento do cotidiano, impregnado do senso comum, produzido pelo trabalho. Além de trabalhador, o aluno do curso noturno é criança (são comuns garotos de onze, doze anos), adolescente. Qual o conhecimento das características da faixa etária do aluno? O curso de magistério e a licenciatura não preparam o professor para trabalhar com os alunos como crianças, como adolescentes e, menos ainda, como trabalhadores.

Acresce-se ainda que à noite a Escola é "outra Escola". A direção freqüentemente é outra - é o assistente de direção que assume, modificando inevitavelmente a gestão nesse período. Biblioteca, laboratórios, quadra de esportes, orientação pedagógica, se existentes, não funcionam à noite. Há diminuição dos serviços de secretaria, faltam serventes e vigias. A improvisação supre a deficiência de recursos - e esquece-se que o período das aulas é o único tempo, em geral, que o aluno dispõe para estudar e aprender. Não tem nem como voltar em outra hora nem como encontrar outro momento além do reservado para a Escola.

Algumas Propostas de Ações Governamentais

Algumas vezes, a preocupação com esse turno obscureceu os problemas "comuns" da Escola Pública (dificuldade de acesso e permanência, formação dos professores, condições de trabalho), transmitindo a falsa impressão de que só à noite a Escola apresentava problemas. A transformação da questão do ensino noturno em problema, alvo de reuniões dos órgãos dirigentes do sistema educacional e de investigação entre os estudiosos da Educação, transpareceu na formulação de projetos oficiais, na verdade apenas propostas de ações governamentais.

As ações desenvolvidas pelo Governo do Estado de São Paulo para melhorar o desempenho da Escola noturna datam dos anos 80. No final de 1970, havia uma preocupação geral, na Rede, com o problema, ocasião em que foi enviado um questionário às escolas para se averiguar o que precisava mudar. Realizaram-se reuniões e, ao final, produziu-se um documento, vago, colocando a necessidade de mudanças. No entanto, não houve ação explícita. Em 1982, um grupo de educadores e pesquisadores reunidos na Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional - ATPCE/SE começou a pensar em uma ação visando sensibilizar e envolver professores e alunos no trabalho de melhoria dos cursos noturnos. O projeto Reestruturação Técnica, Administrativa e Pedagógica do *Ensino* de 1º e 2º Graus Noturno começou a ser implantado em 1983, sob orientação da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas -CENP/SE. A idéia foi posta em funcionamento em uma Escola por Delegacia, atingindo as então 153 Delegacias de Ensino do Estado.

Cada Escola elaborou uma proposta que partia do pressuposto de que era preciso pensar o noturno visando conhecer as possibilidades dos alunos e, com base nesse conhecimento, planejar a modificação do processo de ensinar/aprender nesse período. A maioria das propostas incluía necessidade de repensar os conteúdos - de forma a que fossem "significativos" para os alunos -, a forma de trabalhar tais conteúdos -técnicas e alternativas didáticas -, o envolvimento da comunidade escolar - pessoal administrativo, professores, alunos e comunidade mais abrangente -, visando tornar a Escola "mais atraente" para o aluno.

A questão dos "conteúdos significativos" requeria todo um processo de investigação e de formação (em serviço) dos professores, que precisava ser realizado, concomitantemente, com o andamento da proposta - fato que não ocorreu. As iniciativas das escolas no sentido de "mexer" no conteúdo foram consideradas freqüentemente como tentativas de aligeirar o ensino, pois não tiveram a justificativa e o suporte teórico adequados. A plena realização do projeto, que era na realidade um desafio pedagógico, exigia um trabalho conjunto e entrosado dos diferentes órgãos da Secretaria da Educação, o que só seria possível caso houvesse superação das formas de trabalho vigentes (centralização excessiva, falta de agilidade na resolução de dificuldades apontadas, burocratização das iniciativas, morosidade na liberação dos recursos necessários, predominância de ações isoladas e individualizadas), bem como ação dos órgãos técnicos visando ao acompanhamento de cada Escola na execução e avaliação continuada das propostas, atendendo às necessidades educacionais que surgissem no processo.

Não se conseguiu criar condições para que cada Escola construísse outro cotidiano pedagógico que realmente modificasse as práticas rotineiras, consideradas ineficientes para o aprendizado nesse período. Todas as escolas envolvidas responderam a questionário avaliativo que foi objeto de seminário na CENP (setembro de 1984), antes de um ano da implementação do projeto, no qual diretores e coordenadores debateram, a partir da sistematização das respostas dos alunos e dos professores e da análise da própria participação, as possibilidades e os limites da ação desencadeada. Ficou patente, nesse trabalho de repensar o curso noturno, que é a Escola Pública inteira que precisa ser revista e que são "ilhas de boa vontade de professores interessados" que conseguem modificar uma Escola por algum período de tempo, já que há descontinuidade nos projetos e ausência de condições.

A maior contribuição consistiu em deixar claro aos professores as possibilidades de elaboração de um projeto pedagógico coletivo da Unidade Escolar, coordenando o envolvimento efetivo de professores, alunos e comunidade, como uma das únicas formas de melhoria do processo ensino-aprendizagem na Escola e de conseqüente redefinição dos conteúdos e currículos.

O fato de contar com um coordenador do período - que, na ocasião, não tinha suas funções ainda bem determinadas, mas estava presente apoiando as atividades pedagógicas dos colegas - fez com que o professor percebesse, quase sempre positivamente, que seu trabalho estava sendo avaliado, valorizado profissionalmente. No entanto, a falta de uma ação continuada e sistemática de investigação que

fundamentasse a relação entre a prática do trabalho e a construção do conhecimento escolar impediu que o reconhecimento da especificidade do aluno trabalhador impregnasse o planejamento das aulas no período noturno. O que ocorreu foi a modificação concreta em algumas salas de aula, por algum tempo. Professores e alunos que passaram por essa iniciativa guardam marcas raramente registradas em textos(4).

O projeto, o único realmente implantado, durou dois anos e acabou repentinamente por decisão da Secretaria da Educação, sem que fosse atendida a solicitação de várias escolas em continuar pelo menos para completar o ciclo de 5a. a 8a. série do 1º Grau e de 3a série do 2º- Grau. A solicitação visava colher mais dados para poder avaliar melhor a validade do projeto e, ao mesmo tempo, continuar com um trabalho que estava sendo prazeroso para professores e alunos, uma vez que significava a construção coletiva de uma proposta. O fato de a Escola estar sendo mais atraente, mais centro de convivência, mais acolhedora levantava suspeitas de que a qualidade do ensino não fosse prioritária, tão acostumados estamos todos com a rotina e o autoritarismo da estrutura escolar.

Ao analisar o projeto no final do primeiro ano, a Fundação Carlos Chagas considerou a sua validade, recomendou modificações e apontou para a sua continuidade, dando origem a uma publicação que foi distribuída nas escolas quando ele já estava quase sendo abolidos. Apesar das vicissitudes por que passou e do exíguo tempo de existência, o projeto ficou como referência. Todos os demais, explícita ou implicitamente, fazem referência às alterações nele sugeridas.

Dentre as conquistas desse primeiro projeto, citam-se as reivindicações para o pagamento de reuniões e Horas de Trabalho Pedagógico - HTPs - na Escola; a figura do coordenador do período e a necessidade de explicitação de suas funções com a respectiva formação; a inclusão da disciplina Educação Física no currículo como opção de lazer e prática esportiva para os alunos; a preocupação em organizar o funcionamento da Escola de acordo com as especificidades do aluno (horários, tempo para estudar, atividades extraclasse); e o esforço em modificar a metodologia do ensino (incluindo conteúdos, técnicas didáticas e reorientação do currículo).

A segunda ação governamental ocorreu em 1985 e consistiu basicamente na proposição de um calendário alternativo. Abria a possibilidade de as escolas diminuírem a jornada diária de cinco para quatro horas e aumentarem o ano letivo para duzentos dias. Estudos anteriores haviam mostrado que os alunos suportariam melhor um menor número de aulas diárias. Apenas setenta escolas no Estado aceitaram essa proposta, mas foram desistindo, tornando-se necessário revogar essa resolução após dois anos. O prolongamento imposto do ano letivo acabava sendo visto pelos alunos como punição.

4 Ver Cadernos Cedes, 16, Ensino noturno: conquista, problema ou solução; e o artigo de Dagmar M.L. ZIBAS, Ensino noturno de 2º grau: a voz do corpo docente, Cadernos de Pesquisa, 78, ago. 1991.

5 SÃO PAULO (Estado). Secretariada Educação. Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional. Tecendo a cada noite o sol. São Paulo: SE/ATPCE, 1985.

A terceira ação foi a regularização do pagamento da gratificação das aulas noturnas, incorporada ao Estatuto do Magistério em 1985. O adicional de 10% passou a ser pago para todos após as 19 horas.

A quarta ação não chegou a ser implantada. Tratou-se de um projeto da Secretaria da Educação, em 1988, com o título de *Flexibilização da Estrutura e Funcionamento do Curso Regular Noturno de 1º e 2º Graus Como Resposta às Necessidades do Aluno Trabalhador*. Foi a primeira vez que surgiu uma proposta voltada ao atendimento do aluno trabalhador- pelo menos no tocante ao título. Previa adequação do quadro regular, curso de férias para os alunos em recuperação, matrícula progressiva, matrícula por disciplina. Discutido em gabinete, levado a algumas escolas e congressos, não passou disso, mas deixou reflexos na permanência da discussão a respeito da necessidade de flexibilizar a organização do período noturno, o que iria perpassar os projetos futuros.

Surgiu ainda outra proposta, que deveria ser implantada em outubro de 1989 - portanto, também no final do ano (característica das anteriores). No entanto, com a mudança do Secretário da Educação, ficou congelada. Trouxe novamente a preocupação (nominal) com o aluno trabalhador: *Melhoria do Atendimento ao Aluno Trabalhador*. A proposta instituiu o regime de trabalho Dedicção Completa ao Noturno - DCN - mas que não é integral. O professor poderia dar no máximo dezoito aulas no noturno e completar a jornada no diurno. A idéia, ao que parece, era possibilitar a reunião dos professores do período noturno e recuperar um pouco o espírito do projeto de 1983/84. Resgatava também a idéia do professor coordenador do curso noturno, que passaria por uma formação em cursos, reuniões ou discussões para aprender a trabalhar nesse período, a adequar o ensino ao trabalhador. Propunha usar os meses de janeiro e julho para a recuperação do aluno, tentando analisar e evitar a evasão e a reprovação. Em janeiro haveria a contratação de professores substitutos ou eventuais e, em julho, época de recesso, a responsabilidade pelas aulas seria do próprio professor da disciplina em questão.

No segundo semestre de 1990, começou a circular nas Delegacias de Ensino e em algumas escolas uma proposta de *Reorganização do Curso Noturno - Alternativa para Mudança* (a sexta desde 1983), com previsão de reuniões planejando a possível implantação que realmente não ocorreu. Esse documento arrolava sete alternativas, incorporando contribuições da literatura específica, de documentação da Secretaria da Educação e de experiências de escolas e/ou de grupos de professores realizadas nos últimos dez anos na Rede Estadual de São Paulo. Uma das alternativas sugeria implantação da Dedicção Integral ao Noturno - DIN; processo de recuperação no recesso escolar de julho e nas férias de janeiro; adequação da grade e do calendário curricular com quatro aulas diárias de 45 minutos cada uma, retirando as disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil e incluindo Educação Física como opcional e em horário que possibilitasse a freqüência aos que desejassem, bem como distribuindo as aulas de Língua Estrangeira e Educação Artística para os sábados. Outro grupo de sugestões instituiu o regime semestral de disciplinas, com divisão em termos e módulos; a matrícula por disciplina; um regime "especial", permitindo a conjugação do ensino "face a face" e a distância. Outras

alternativas se referiam ao sistema de substituição das faltas dos professores e à reposição das faltas dos alunos. Apenas uma alternativa dizia respeito à necessidade de "organizar uma proposta pedagógica para o curso noturno", sem no entanto especificar qual era ou como seria.

Avançando na proposta pedagógica, surge no contexto do projeto educacional *Escola-Padrão (SE/SP, 1992)*, anexado, o subprojeto Organização Administrativa e Pedagógica da Escola no Período *Noturno*, com a colaboração da CENP/FDE. Esse subprojeto explicita como seu objetivo a melhoria da qualidade de ensino, a qual só poderá efetivar-se através do trabalho conjunto dos coordenadores do curso noturno e dos demais especialistas do ensino, articulado ao projeto educacional da Escola como um todo. Fica bem clara a intenção de construir uma nova concepção de ensino no período noturno na qual haja prioridade na seleção, distribuição e organização dos conteúdos, das respectivas metodologias e avaliação contínua. Aposta na formação, em serviço, do coordenador do curso noturno como articulador da prática docente desse período. Para sua completa implementação, no entanto, exige estudo e investigação mais aprofundados da relação Escola-trabalho.

Centrado mais na questão administrativa, mas com vistas a modificar o pedagógico por esse lado, é elaborado, também em 1992, pela CENP/SE, o projeto *Alternativas de Flexibilidade Curricular*, que propõe organização semestral e matrícula por dependência, dando ênfase à oportunidade de extensão do processo de recuperação nos componentes em que foi retido, evitando "desperdiçar" o esforço e o interesse do aluno. A organização semestral tende a supletivar o ensino regular, apressando o ritmo, e talvez abreviando o próprio ensino.

As propostas citadas se referem quase que exclusivamente a medidas estruturais e organizacionais, sem se deterem na elaboração de um projeto que concretize o objetivo fundamental de examinar as possíveis trajetórias do ensino/aprendizado no período noturno da Escola Pública.

Dentre os projetos com mais ênfase no educacional, é importante lembrar a reorientação do ensino noturno encaminhada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1990/92)(6), com a elaboração de projetos pelas escolas fundamentados em grupos de estudo, enfatizando a interdisciplinaridade e o conhecimento da realidade da vida cotidiana nos seus múltiplos aspectos: científico, social, cultural, político, econômico, histórico. Tal reorientação do ensino noturno insiste no trabalho coletivo como condição para a elaboração das propostas e no esforço de reflexão dos integrantes do grupo. Houve - e continua havendo - propostas elaboradas e implementadas por grupos de professores, às vezes quase que à revelia dos órgãos oficiais, sem a chancela institucional. É imprescindível que os professores se encontrem em grupos de estudo

(6) *Projeto Repensando a Escola para o Jovem e Adulto Trabalhador*, São Paulo, nov. 1990 (mimeo). O projeto inclui diretrizes para a elaboração de propostas pelas escolas e bibliografia de apoio.

para discutir, avaliar e divulgar os resultados do seu empenho em construir um ensino que favoreça a cidadania do aluno trabalhador.

É essa a questão fundamental: quais as condições para o ensino e a aprendizagem quando o aluno é uma criança, um jovem, um adulto já inserido no mundo do trabalho, como força produtiva, tendo na Escola um dos únicos canais para a ciência, a tecnologia e a cultura? Há indústrias e empresas produtivas que investem no treinamento dos funcionários - mas, quando investem, no que contribuem para a formação do cidadão? E quantos são os centros científicos e culturais realmente abertos à população e ao seu alcance?(7)

As poucas vezes em que a Escola faz referência à condição de trabalhador do estudante dos cursos noturnos é em sentido paternalista e autoritário. Pretende-se justificar uma diferença de tratamento quanto à seleção de conteúdos e avaliação ou à carga horária, alegando-se "cansaço", "falta de interesse", "falta de responsabilidade", "falta de base" da parte dos alunos que respondem pela sobrevivência própria, e até da família, e que se reprovados ou desistentes se matriculam novamente ano após ano.

Como falar em Educação escolar do trabalhador quando imperam relações de trabalho vincadas pela exploração da mão-de-obra (em geral pouco qualificada), salários insuficientes para a reprodução da própria força de trabalho, tecnologia ultrapassada, ignorância do contexto sociopolítico no qual se inserem essas relações? O trabalhador tem sido educado pela própria prática, pelo salário mínimo, pela organização da categoria, pelas greves, pelas políticas sociais, econômicas, de saúde, de educação. A Escola continua ignorando (e não consegue deixar de fazê-lo) a condição do trabalhador como produtor da própria existência, como responsável pela aquisição de uma competência específica esperada para o exercício pleno da cidadania. Não será a proposta oficial de nenhum Ministério, Secretaria, Delegacia de Ensino que irá instaurar uma Educação que proporcione ao aluno trabalhador meios para que ele consiga ir construindo uma articulação entre o saber acadêmico, o saber do cotidiano e o próprio processo de produção da existência humana. O ensino, no decorrer do 1º e 2º Graus, somando oito a onze anos de estudos, se repensado em perspectiva política revolucionária (procurando construir nova realidade e não apenas como simples manutenção da situação ou simples paliativo), poderá fornecer "munição" para que o aluno apreenda sua realidade, consiga criticá-la em um contexto mais global e produza coletivamente novos conhecimentos. É um caminho utópico, mas possível.

Alternativas Metodológicas

Para a construção da Escola que precisamos, um dos caminhos é subverter a ordem da rotina mecânica, da formação desvalorizada do professor, ocupando o tempo/espço da Escola e do extraclasse como um laboratório vivo de ensino que

7 Nesse sentido, consultar Bruno PUCCI et al, Na escola do trabalhadora trabalho não entra, São Carlos, UFSCar, 1991 (Relatório de Pesquisa).

proporcione elementos para o aluno organizar-se como cidadão, entendendo e aspirando a seus direitos e reivindicando-os de forma coletiva.

O conhecimento sobre a situação dos alunos-trabalhadores e sobre as tentativas de reformulação do período noturno produz um saber que pode e precisa ser incorporado à Escola, visando construir um cotidiano diverso daquele fundado no senso comum e que se constitui na rotina escolar repetida sem análise.

Uma trajetória metodológica alternativa só pode ser traçada a partir da construção coletiva de um projeto de Escola que considere o trabalho pedagógico escolar mediando e organizando o saber construído pela prática de um ofício, pelo lugar ocupado no processo de trabalho.

Esse projeto só será transformador se fundado em investigação sobre a especificidade do ensino noturno, dos integrantes da Escola nesse período e das relações entre o saber escolar e os outros saberes. Exige trabalho coletivo, onde o objetivo comum, bem-definido, arme e articule os objetivos individuais de cada elemento do grupo. Requer também empenho dos professores na apresentação e discussão das situações de ensino-aprendizagem, orientadas e fortalecidas pela colaboração com professores especialistas (de Universidade, por exemplo), registro das reflexões e do resultado das ações planejadas e realizadas. Da análise e divulgação em formato acessível a professores interessados, espera-se a "contaminação" que provoque modificações transformadoras(8).

Insiste-se que a "melhoria" do ensino, noturno ou diurno, depende de um projeto de Escola pensado, executado, avaliado pela Unidade Escolar - professor, diretor, alunos, funcionários, pais. O trabalho com a elaboração de um projeto, a discussão, o levantamento de dados, o estudo mobilizam os professores e a Escola, produzem um conhecimento que confere autonomia aos profissionais do ensino, tornando a Escola competente para responder pela sua avaliação.

Esse conhecimento, fruto de um esforço pessoal de reflexão e estudo, é enriquecido, quando trabalho coletivo, pela multiplicidade de experiências e de informação de um grupo. A reorganização de programas vai decorrer do esforço investigativo e da avaliação continuada de um grupo - de alunos, professores, funcionários, pais - que trabalhe com o objetivo comum de participar da construção da cidadania, e não de uma disposição arbitrária e burocrática.

Como conclusão provisória - pois os estudos, a análise das propostas já realizadas, a angústia que permanece nos que querem a construção de um projeto pedagógico continuam a produzir seus resultados e são avaliação contínua da rotina escolar - ,

9 O Laboratório de Ensino de Ciências -LEC, da FFCLRP/USP, sob a coordenação de Marisa Ramos BARBIERI, tem trabalhado sistematicamente, desde 1985, na formação continuada de professores, com uma metodologia centrada na articulação interdisciplinar, no trabalho coletivo com presença de professores especialistas, no registro, análise e divulgação dos resultados em formato acessível aos professores. O trabalho é realizado com professores da Rede Pública, atingindo portanto todos os períodos de funcionamento da Escola.

levantamos algumas questões que surgem quando se pensa na construção de uma alternativa metodológica.

No que se refere aos chamados conteúdos e à estrutura curricular, a Escola no período noturno precisa ter presente que está educando cidadãos ou já inseridos no mundo do trabalho ou disponíveis precocemente para essa inserção, dada a sua forma de "viver", condicionada pelas situações de produção da própria existência. O trabalho dos alunos, freqüentemente condição para poder estudar, para a própria sobrevivência, molda a sua construção de conhecimento. A conceituação de tempo está vinculada à execução de tarefas, à produção pontual - com prazo e condições preestabelecidos -, o que nem sempre se verifica na Escola, onde o tempo tem outro significado, sendo muitas vezes gasto em tarefas sem sentido para o aluno e até para o conjunto da Escola.

Aprender" os conteúdos simplificados apresentados pelos livros didáticos - em geral já ultrapassados- significa acentuar a separação entre Escola e trabalho e perder a oportunidade de entrar em contato com o conhecimento "de ponta" a que os professores podem ter acesso se estiverem em um trabalho de formação permanente, assessorados pelas universidades. Trata-se não de descartar o livro didático - que é um auxiliar ou ponto de partida -, mas de deixar bem claro que a função da Escola é qualificar o aluno e o professor, colocando-os em contato com a produção científica e cultural mais recente.

Aqui, é imprescindível pensar nos novos desafios que as atuais mudanças no processo de trabalho e nas relações de produção trazem para a Escola, principalmente quando se trata de alunos trabalhadores. Dentre as conseqüências dessas mudanças, ressaltam-se a incorporação crescente da ciência ao processo produtivo; a constituição de complexas hierarquias nos locais de trabalho, cujas relações de poder são de difícil captação; a desqualificação crescente e a extinção/substituição dos postos de trabalho, com a conseqüente requalificação e polivalência.

A apropriação do saber científico e tecnológico presente no moderno processo produtivo precisa integrar o currículo escolar e o fazer dos professores, contribuindo para a própria transformação da Escola em um local de trabalho.

A metodologia, portanto, perpassa a seleção dos conteúdos, precedida pela justificativa dessa escolha; o preparo para a explicitação desses conteúdos; a avaliação contínua dos procedimentos (técnicas, recursos, diálogo, atividades extraclasse que prolongam a aula do professor); o registro do processo, sua análise e conseqüente divulgação.

A apreensão de uma metodologia ou a procura de uma alternativa para o processo ensino-aprendizagem depende da compreensão a que se consegue chegar quanto ao sujeito objeto de nosso trabalho pedagógico - compreensão sempre passível de transformação, porque histórica.

Bibliografia

- ARROYO, M. (Org.). *Da escola carente à escola possível*. São Paulo: Loyola, 1986.
- CAMPOS, R.C. *A luta dos trabalhadores pela escola*. São Paulo: Loyola, 1989.
- CARVALHO, C.P. (Org.). O ensino noturno: conquista, problema ou solução? *Cadernos Cedes, São Paulo*, n. 16, 1986.
- DAUSTER, T. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. *Cadernos de Pesquisa, São Paulo*, n. 82, p. 31-36, ago. 1992.
- GERMANO, J.W. *Estado militar e educação no Brasil- 1964/1985*. São Paulo: Cortez, 1993.
- GOMES, C.M. et alii. *Trabalho e conhecimento: dilema na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1987.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- MOYSÉS, M.A.A. et alii. Sobre alguns preconceitos no cotidiano escolar. In: *Alfabetização: passado, presente, futuro*. São Paulo: FDE, 1993. (Série Idéias, 19).
- OFFE, C. Sistema educacional, sistema operacional e políticas da educação. *Educação e Sociedade, Campinas*, n. 35, p. 9-59, abr. 1990.
- PAIVA, V. Produção e qualificação para o trabalho. In: FRANCO, M. et alii. *Final do século: desafios da educação na América Latina*. São Paulo: Cortez/CLACSOREDUC, 1990. p. 95-122.
- SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Orientação Técnica. Reorientação curricular do ensino noturno. *Cadernos de Formação, São Paulo*, jul. 1992.
- PUCCI, B. et alii. *Relatório de pesquisa: na escola do trabalhador o trabalho não entra*. São Carlos: UFSCar, 1991. 2v. mimeo
- SCHAFF, A. *A sociedade de informática*. São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1990.
- ZIBAS, D.M.L. Ensino noturno de 2º grau: a voz do corpo docente. *Cadernos de Pesquisa, São Paulo*, n. 78, p. 41-50, ago. 1991.